

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Dezembro de 2019

### A MENSAGEM DA DIRETORIA

Ao encerrar-se o ano de 2019, dirigimo-nos à sociedade gaúcha, especialmente aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais e trabalhadores, que dão forma e conteúdo ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, para transmitir-lhes o desempenho operacional, administrativo e financeiro do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS no exercício findo.

O BADESUL, em 2019, voltou a apresentar melhoria na sua atuação operacional precípua, que é a de prover crédito de longo prazo aos investimentos e aos investidores na economia gaúcha. Esta Agência de Fomento desembolsou, em 2019, o valor de R\$ 332 milhões, valor este destinado ao financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, o que representa um acréscimo de 54,4% em relação aos R\$ 215,0 milhões liberados em 2018. Com isso, o Saldo de Operações Ativas desta Instituição foi de R\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2019.

O resultado registrado pelo Badesul no exercício de 2019 foi de R\$ 28,1 milhões. Em decorrência, o Patrimônio Líquido de R\$ 737,0 milhões, com que esta Agência de Fomento encerrou o antes referido exercício, foi 4,0% superior ao montante de R\$ 708,8 milhões registrado no final de 2018.

Temos muito orgulho do papel essencial desempenhado pelo Badesul no crédito ao desenvolvimento gaúcho, em especial no que se refere ao apoio desta Agência de Fomento à modernização do agronegócio do Rio Grande do Sul e aos investimentos públicos projetados pelas prefeituras municipais rio-grandenses, além do seu apoio à sustentação e à expansão da estrutura empresarial estadual em geral.

Atítulo de ilustração, informamos-lhes que nas operações de financiamento a investimentos públicos municipais no Rio Grande do Sul aprovadas pelo Badesul em 2019, no valor de R\$ 148,6 milhões, destinados a 63 municípios, abrangeram uma população assistida de 1,47 milhões de habitantes. Acrescentamos que a tradição histórica do Badesul no crédito de longo prazo a investimentos públicos no RS já permitiu que 76% dos 497 municípios tivessem seus projetos de infraestrutura e de gestão apoiados pela Agência de Fomento dos gaúchos.

Em relação ao setor privado o Badesul permaneceu com seu tradicional apoio ao agronegócio, onde financiou 30 sistemas de armazenagem, em seus 105 projetos de infraestrutura para produtores rurais. No setor empresarial, fazemos menção ao crescimento de projetos voltados ao turismo gaúcho, que representou 15% das operações realizadas.

No que se refere também ao seu desempenho institucional, cabe destacar a liderança do Badesul, numa ação coordenada junto com o Governo do Rio Grande do Sul, na iniciativa de tornar o Rio Grande do Sul polo de referência em inovação, mediante o apoio técnico e financeiro aos Programas Tecnova, voltado para apoio à inovação tecnológica em micro e pequenas empresas, e Centelha, voltado à promoção da criação de empresas de base tecnológica inovadoras. Cabe ressaltar que com a finalidade de apoiar micro, pequenas e médias empresas inovadoras gaúchas, o Badesul possui, em 2019, o montante de R\$ 16,7 milhões em Fundos de Investimento Privados (FIPs), montante que permitiu o emprego de R\$ 29,4 milhões em empresas do Rio Grande do Sul. Entendemos que o crescimento de 29,1% das contratações realizadas em 2019, no valor de R\$ 442,3 milhões, frente ao montante de R\$ 342,5 milhões registrado no final de 2018, sinaliza a permanência, em 2020, da trajetória operacional ascendente desta Instituição Pública Estadual de Desenvolvimento.

Adicionalmente, informamos que as decisões desta Diretoria à frente do Badesul, no próximo exercício de 2020, continuarão focadas no apoio operacional e institucional desta Agência de Fomento à execução das diretrizes estratégicas do Poder Executivo Estadual associadas com o financiamento do desenvolvimento econômico e social sustentável do Rio Grande do Sul. Para facilitar esta disposição estratégica, o Badesul dará ênfase em 2020 ao projeto de digitalização desta instituição para seus clientes.

Para superar os desafios estratégicos do Badesul em 2019, esta Diretoria Executiva contou com o compromisso e a dedicação dos Conselheiros de Administração e Fiscal, aos quais manifesta os seus agradecimentos, assim como contou, sobretudo, com a confiança do Governo do Estado e, especialmente, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a cujos titulares e servidores estende a sua gratidão. Para a superação dos novos desafios de 2020, a Diretoria Executiva do Badesul manifesta a sua convicção sobre o renovado apoio das instâncias supracitadas à gestão operacional, administrativa e financeira desta Instituição.

Transmitimos também a nossa gratidão aos colaboradores do BADESUL e, em especial, aos clientes desta Agência de Fomento, empresas, produtores rurais e prefeituras municipais, que são a razão da nossa existência e cuja confiança no futuro é a fonte que inspira seus investimentos no Rio Grande do Sul.

Finalmente, agradecemos às fontes repassadoras de recursos financeiros ao Badesul, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF), à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e ao Ministério do Turismo, as quais, junto com os recursos próprios desta Instituição, garantem o fluxo de crédito aportado anualmente por esta Agência de Fomento ao desenvolvimento rio-grandense.

### A Diretoria

### A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O crescimento da economia mundial em 2019 foi estimado pelo Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, Janeiro, 2020) em 2,9%, o que significa sensível redução frente ao ritmo de crescimento de 3,6% registrado em 2018. Já para o ano de 2020, a expectativa do FMI é de moderada ascensão para 3,3% no crescimento econômico global.

A economia do Brasil atravessou em 2019 mais um exercício com recuperação gradual e lenta da recessão que sobre ela se abateu em 2015-2016. A Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil em 2019 situou-se em torno de apenas 1,2%, patamar este inclusive inferior ao crescimento mundial. A taxa de inflação refletiu até abaixo do centro da sua meta em 2019 e espera-se que permanecerá em torno do centro da meta em 2020, abrindo espaço para a manutenção, em 2020, da taxa de juros básica da economia brasileira em patamar historicamente baixo. Mas o desemprego ainda se manteve muito elevado em 2019 e se espera que o estímulo monetário ajude a recuperação gradual desse indicador em 2020, junto com um crescimento esperado do PIB nacional um pouco mais robusto, em patamar acima de 2%. Esta expectativa de crescimento moderado da economia brasileira em 2020 é fruto, de um lado positivo, da inflação dentro da sua meta e de situação cambial favorável às exportações e à produção interna. De um lado negativo, ainda será fruto da situação fiscal deficitária do Brasil. Enfatiza-se que, enquanto não for resolvida essa situação, com o retorno a um sólido e sustentável superávit primário das contas públicas nacionais, esta fragilidade fiscal, iniciada no quadriênio 2011-2014 e aprofundada no triênio 2015-2017, continuará a ser obstáculo para um maior dinamismo da economia do Brasil.

Como decorrência do cenário referenciado para a economia brasileira, a economia do Rio Grande do Sul apresentou, em 2019, assim como aconteceu em 2017 e em 2018, recuperação frente à recessão. Aliás, em 2019 a taxa de crescimento do PIB do Rio

Grande do Sul deverá ser inclusive superior à taxa do Brasil como um todo, uma vez que o desempenho desse indicador, nos primeiros nove meses de 2019, apresentou alta de 2,7% (Departamento de Economia e Estatística, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão). No que se refere à indústria, principal setor da economia rio-grandense atingido pela recessão do Brasil e mesmo antes, pela política cambial do país, o desafio maior que se coloca corresponde à recuperação da sua capacidade ociosa e ao suporte a investimentos projetados por empresas e por atividades competitivas. Quanto ao setor agropecuário, projeta-se a continuidade da sua importância para a formação e sustentação do PIB do Rio Grande do Sul, para o que é fundamental minimizar os efeitos de estímulos e apoiar a sua modernização e as suas características inovadoras. No que tange aos serviços, que detêm a maior participação na formação do valor agregado da economia do RS, o seu dinamismo vincula-se, em grande parte, ao comportamento dos demais setores. Neste aspecto, enquanto se mantiver a fragilidade das finanças públicas estaduais, o setor público rio-grandense continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo e ao próprio desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tão ou mais grave do que ocorre na esfera federal.

Tendo em vista que, no curto prazo, o VAB da agropecuária pode ter grandes oscilações de um ano para outro, por fatores climáticos, em especial, para atenuar tal situação apenas com investimentos em sistemas de irrigação e de conservação hídrica, em tecnologia, em armazenagem e em recuperação e conservação de solos, visando sempre maior produtividade, sendo o fomento a estes investimentos um dos focos estratégicos de atuação do Badesul.

No cenário de baixo crescimento da economia gaúcha, antes visto, outro foco estratégico do Badesul tem sido o financiamento de investimentos públicos municipais, em especial, voltado ao suporte de crédito a investimentos em infraestrutura urbana, infraestrutura econômica (distritos industriais), educação e saúde.

No âmbito do mesmo cenário da economia rio-grandense, quando se considera o segmento de negócios empresariais, em especial aqueles ligados à indústria, o desafio continua a ser a recuperação do que for possível, ao lado do estímulo à expansão de empresas e setores competitivos. Acrescenta-se, nessa linha, a necessidade de modernização dos setores tradicionais da economia do Rio Grande do Sul, ao lado do advento e expansão de atividades de conhecimento intensivo e de média e de alta tecnologia, com o fito de a economia gaúcha renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento, melhorar o seu perfil tecnológico e a sua produtividade.

### O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO

As diretrizes que irão orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2019-2023, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autoestima, que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social.

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Sustentável;
- Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Empreendedor;
- Sociedade com Qualidade de Vida.

O Badesul, na qualidade de Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, é uma Instituição de apoio à execução das diretrizes estratégicas e das prioridades de desenvolvimento pautadas pelo Governo do Estado para a economia gaúcha.

Os instrumentos mobilizados pelo Badesul para tal fim são os produtos e serviços que definem as suas áreas de negócios.

### O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas. O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828, de 02/04/2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes:

- Crédito Empresarial: Empresas Industriais e de Serviços.
- Crédito Público: Prefeituras Municipais.
- Crédito Rural: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- Crédito à Inovação: Empresas Inovadoras.
- Participações: Fundos de Investimento Privados.
- Serviços: Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

### O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

#### Operações Aprovadas

Os valores das aprovações de crédito efetuadas no exercício de 2019 são dispostas na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito.

#### Valor das Operações de Crédito Aprovadas e de Participações

Subscritas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valor em R\$ mil nominais.

Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2019	Valor 2018	Variação %
Rural e Agroindustrial	127.918	63.843	100,4
Empresarial	139.568	111.720	24,9
Fomento Público	148.571	177.153	(16,1)
<b>Total Operações Crédito</b>	<b>416.057</b>	<b>352.716</b>	<b>18,0</b>

Fonte: Badesul.

### Destaque Operacionais

• **Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.** As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos nos primeiros seis meses de 2019 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

### Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul. Valores em R\$ mil

Região do COREDE	Principal Município	Valor em R\$ mil	
		2019	2018
Missões	Santo Ângelo	30.928	19.265
Hortênsias	Nova Petrópolis	28.508	13.486
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	26.279	29.914
Serra	Caxias do Sul	26.174	14.794
Fronteira Oeste	Uruguiana	25.660	16.603
Vale do Caí	Montenegro	21.032	14.449
Médio Alto Uruguai	Frederico Westphalen	20.529	10.363
Noroeste Colonial	Ijuí	19.681	8.603
Vale do Taquari	Lajeado	16.150	3.977
Vale do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	15.103	8.161
<b>Total Parcial</b>		<b>230.044</b>	<b>139.616</b>
<b>Total Geral</b>		<b>331.991</b>	<b>214.919</b>

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante o desembolso de R\$ 112,3 milhões em 2019, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

**Alavancagem da Infraestrutura Estadual.** O Badesul desembolsou R\$ 44 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

### Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou 2019 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2,0 bilhões, correspondente a 5.948 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.477 clientes.

### Gestão de Riscos

Observa-se que 84,8% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar do primeiro semestre de 2019 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

### Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

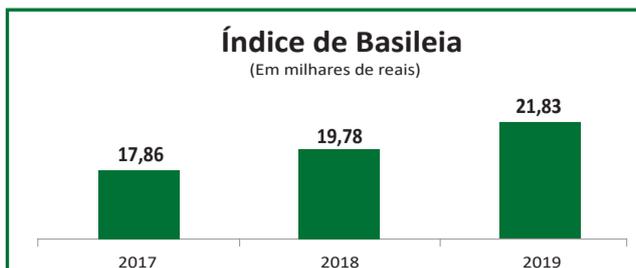
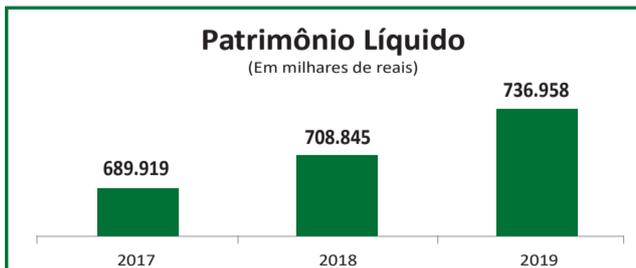
O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2019, o valor de R\$ R\$ 737,0 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 577,2 milhões ao final do mês de junho deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

### Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 26,7 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

### Resultado

O resultado da Instituição apresentou-se positivo neste ano de 2019 em R\$ 28,1 milhões.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 - (Em Milhares de Reais)**

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2019	2018		2019	2018
Circulante	1.053.891	1.221.223	Circulante	454.013	536.693
Disponibilidades (Nota 4)	489	473	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 14)	412.624	474.185
Títulos e valores mobiliários	577.248	688.097	BNDDES	186.425	229.879
Carteira própria (Nota 5)	577.248	688.097	Caixa Econômica Federal	2.155	2.009
Operações de crédito (Nota 6)	410.776	457.312	FINAME	218.945	239.589
Operações de crédito	446.557	538.333	FINEP	3.892	2.505
Setor público	58.411	55.468	OUTRAS INSITUIÇÕES	1.207	203
Setor privado	388.146	482.865	Outras obrigações	41.389	62.508
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(35.781)	(81.021)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9	154
Outros créditos	56.568	75.010	Sociais e estatutárias (Nota 15)	1.812	1.181
Avais e fianças honrados (Nota 7)	-	1.137	Fiscais e previdenciárias (Nota 16)	5.740	3.380
Rendas a receber (Nota 8)	5.556	6.284	Diversas	33.828	57.793
Diversos	51.012	67.589	Despesas de pessoal	3.552	3.585
Adiantamento e antecipações salariais	113	212	Outros pagamentos	1.005	1.121
Adiantamento por nossa conta	5	1	Passivos atuariais (Nota 19)	314	832
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	48.817	63.090	Credores diversos (Nota 20)	28.957	52.255
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	574	1.087			
Impostos e contribuições a compensar (Nota 11)	72	3.189	Exigível a longo prazo	1.482.003	1.748.184
Pagamentos a ressarcir	1.257	931	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 14)	1.399.506	1.665.456
Devedores diversos no país	180	221	BNDDES	763.465	861.745
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6)	(1.142)	Caixa Econômica Federal	21.667	23.823
Outros valores e bens (Nota 12)	8.810	331	FINAME	547.749	753.860
Bens não de uso próprio	8.679	179	FINEP	34.850	16.006
Material em estoque	129	150	OUTRAS INSITUIÇÕES	31.775	10.022
Despesas antecipadas	2	2	Outras obrigações	82.497	82.728
			Diversas	82.497	82.728
Realizável a longo prazo	1.587.668	1.744.237	Provisão para contingências (Nota 17)	65.075	65.928
Títulos e valores mobiliários	16.680	13.170	Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 18)	2.871	7.091
Carteira própria (Nota 5)	16.680	13.170	Passivos atuariais (Nota 19)	14.513	9.661
Operações de crédito (Nota 6)	1.368.743	1.522.318	Comissão sob carta fiança	38	48
Operações de crédito	1.551.512	1.714.958			
Setor público	145.849	98.167	Patrimônio Líquido (Nota 21)	732.864	708.845
Setor privado	1.405.663	1.616.791	Capital Social	756.343	756.343
Provisão para operações de crédito e liquidação duvidosa	(182.769)	(192.640)	De domiciliados no país	756.343	756.343
Outros créditos	202.245	208.749	Ajuste de avaliação patrimonial	(7.148)	(3.054)
Rendas a receber (Nota 8)	58	81	Prejuízos acumulados	(16.331)	(44.444)
Diversos	202.187	208.668			
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	171.923	182.496	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.668.880	2.993.722
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	-	543			
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17d)	30.264	25.632			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(3)			
Permanente	27.321	28.262			
Imobilizado de uso (Nota 13)	26.826	28.131			
Imóveis de uso	35.074	35.074			
Outras imobilizações de uso	7.249	7.404			
Depreciação acumulada	(15.497)	(14.347)			
Intangível	495	131			
Outros ativos intangíveis	553	131			
Amortização acumulada de outros ativos intangíveis	(58)	-			
Total do Ativo	2.668.880	2.993.722			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 - (Em milhares de Reais)**

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da Intermediação financeira	144.647	284.412	323.782
Operações de crédito	127.588	246.893	281.033
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.059	37.519	42.749
Despesas da intermediação financeira	(89.649)	(172.557)	(272.284)
Operações de empréstimos e repasses	(33.193)	(70.699)	(89.091)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(56.456)	(101.858)	(183.193)
Resultado bruto da intermediação financeira	54.998	111.855	51.498
Outras receitas e despesas operacionais	(25.697)	(42.598)	(40.481)
Receitas da prestação de serviços	5.674	10.002	11.219
Rendas de tarifas bancárias	731	1.547	1.602
Despesas de pessoal	(18.812)	(35.426)	(33.593)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(8.643)	(15.977)	(17.563)
Despesas tributárias	(4.070)	(7.379)	(7.567)
Outras receitas operacionais (Nota 24)	8.633	18.438	25.564
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(9.210)	(13.803)	(20.143)
Resultado operacional	29.301	69.257	11.017
Resultado não operacional	186	274	305
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.487	69.531	11.322
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 22)	(22.970)	(38.394)	8.564
Provisão para imposto de renda	2.850	(6.674)	(5.144)
Provisão para contribuição social	1.717	(4.145)	(4.251)
Ativo fiscal diferido	(27.537)	(27.575)	17.959
Participações estatutárias no lucro	(3.024)	(3.024)	(2.364)
Lucro líquido do período	3.493	28.113	17.522
Nº de Ações (Em milhares)	756.343	756.343	756.343
Lucro por Ação - R\$	4,62	37,17	23,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 - (Em Milhares de Reais)**

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações	29.487	69.531	11.322
Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do período	58.808	102.440	183.141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.615	100.332	171.411
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	843	1.526	11.782
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	723	1.399	350
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios	(1.396)	(1.151)	(1.253)
Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes	4.883	3.173	9.403
Baixa de ativos	3	3	-
(Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas	(2.513)	(4.220)	(9.981)
Depreciação	650	1.378	1.429
Resultado do período ajustado	88.295	171.971	194.463
Variações nos ativos e obrigações	(89.377)	(171.515)	(195.855)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	80.192	105.941	(28.455)
Redução em operações de crédito	(14.632)	100.365	181.203
(Aumento) em outros créditos	(5.420)	(5.037)	(16.019)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(8.463)	(8.480)	(213)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(15.698)	(28.031)	39.767
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(120.836)	(327.511)	(364.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.520)	(8.762)	(7.824)
Fluxo de Caixa líquido das atividades operacionais	(1.082)	456	(1.392)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	(9)	(18)	(184)
Aquisição de intangível	(212)	(422)	-
Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento	(221)	(440)	(184)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.303)	16	(1.576)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.792	473	2.049
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	489	489	473
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.303)	16	(1.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019  
(Em Milhares de Reais)**

	Capital realizado	Legal	Reservas especiais -outras	(Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	756.343	-	-	(44.444)	(3.054)	708.845
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivo atuarial)	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Lucro do Exercício	-	-	-	28.113	-	28.113
Saldos em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do exercício	-	-	-	28.113	(4.094)	24.019
Saldos em 01 de janeiro de 2018	756.343	-	-	(61.966)	(4.458)	689.919
Ajuste Passivo diferido sobre Passivo Atuarial	-	-	-	-	1.404	1.404
Lucro do semestre	-	-	-	17.522	-	17.522
Saldos em 31 de dezembro de 2018	756.343	-	-	(44.444)	(3.054)	708.845
Mutações do exercício	-	-	-	17.522	1.404	18.926
Saldo em 01 de julho de 2019	756.343	-	-	(19.824)	(3.054)	733.465
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivo atuarial)	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Lucro do semestre	-	-	-	3.493	-	3.493
Saldos em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do semestre	-	-	-	3.493	(4.094)	(601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua



# BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Em 29 de janeiro de 2020 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

#### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável. As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001.

#### d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.697 de 24 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como "rating H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no "rating" que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como "rating H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.697, de 24 de fevereiro de 2000. É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN n.º 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

#### f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### g. Imobilizado de uso

A Resolução CMN n.º 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada.

As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

#### h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo

montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

#### j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Foram computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

O ativo fiscal diferido, normatizado pela Circular BACEN n.º 3.171 de 30/12/2002, é decorrente de imposto de renda e de contribuição social, calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica outros créditos, em contrapartida do resultado do período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido. O Badesul faz a atualização semestral do estudo do crédito tributário e o acompanhamento das realizações ocorridas, e possíveis efeitos ou alteração de legislação tributária que modifiquem os critérios de alíquotas são reconhecidos contabilmente. Há previsão de alteração de alíquota de Contribuição Social a partir de março/2020, conforme determina a emenda constitucional n.º 103.

#### l. Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBSS – Fundação Bannrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 19, bem como, oferece prêmio pro aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC n.º 33 (R1) recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução do CMN n.º 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

#### m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o disposto no Pronunciamento Técnico CPC n.º 25 recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução CMN n.º 3.823. Os principais critérios adotados são os seguintes:

(i) **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

#### n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, estimativas de realização dos tributos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

#### o. Lucro por ação

O lucro líquido por ação está calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2019	2018
Caixa	5	4
Depósitos bancários	484	469
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>473</b>

#### 5. Títulos e valores mobiliários

##### a. Carteira Própria - Composição

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 6.491 (R\$ 7.384 em 2018) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 20. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 29b.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro	558.931	639.910	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	16.886	46.959	-	-
Cotas de Fundos em Participações (i)	1.460	1.313	16.680	13.170
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(29)	(85)	-	-
<b>Total</b>	<b>577.248</b>	<b>688.097</b>	<b>16.680</b>	<b>13.170</b>

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31/12/19 essas aplicações estavam assim compostas:

Fundo	Instituição Administradora	Quantidade de Cotas		Saldo Contábil
		Subscritas	Integralizadas	
CRP	CRP Companhia de Participações	10.000	5.466	9.028
Empreendedor CRIATEC II	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	7.978	5.056
CRIATEC III	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	3.692	2.596
<b>Total</b>		<b>30.000</b>	<b>17.136</b>	<b>16.680</b>

##### b. Carteira própria - Valor de mercado

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	558.902	558.930	639.825	639.825
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.345	18.345	48.272	48.272
Cotas de Fundos em Participações	16.680	16.680	13.170	12.504
<b>Total</b>	<b>593.927</b>	<b>593.955</b>	<b>701.267</b>	<b>700.601</b>

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

### 6. Operações de crédito

#### a. Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos	11.639	-	35.169	-
Financiamentos	189.927	289.369	679.604	828.200
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	189.351	197.370	694.725	795.174
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	55.640	51.594	142.014	91.584
<b>Total</b>	<b>446.557</b>	<b>538.333</b>	<b>1.551.512</b>	<b>1.714.958</b>

#### b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Vencidos	19.606	19.606	46.863	46.863
Até 60 dias	-	-	9.326	13.500
De 61 a 180 dias	-	-	6.524	13.286
Acima de 180 dias	-	-	3.756	20.077
Vincendas	1.978.463	1.978.463	2.206.428	2.206.428
Até 180 dias	210.206	210.206	240.328	240.328
De 181 a 360 dias	216.745	216.745	251.142	251.142
Acima de 360 dias	1.551.512	1.551.512	1.714.958	1.714.958
<b>Total</b>	<b>1.998.069</b>	<b>1.998.069</b>	<b>2.253.291</b>	<b>2.253.291</b>

#### c. Composição da carteira por setor de atividade

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Setor Público Municipal</b>	<b>204.260</b>	<b>204.260</b>	<b>153.635</b>	<b>153.635</b>
Administração Direta	201.309	201.309	149.833	149.833
Outros Serviços	2.951	2.951	3.802	3.802
<b>Setor Privado</b>	<b>1.793.809</b>	<b>1.793.809</b>	<b>2.099.656</b>	<b>2.099.656</b>
Pessoa Física	21.625	21.625	2.183	2.183
Indústria	500.225	500.225	686.510	686.510
Comércio	84.051	84.051	120.178	120.178
Outros Serviços	303.832	303.832	298.241	298.241
Rurais	884.076	884.076	992.544	992.544
<b>Total</b>	<b>1.998.069</b>	<b>1.998.069</b>	<b>2.253.291</b>	<b>2.253.291</b>

#### d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classificação de risco	2019		Provisão Resolução CMN/BACEN	
	Total das operações de crédito		Valor	
	Valor	%	Valor	%
AA	419.874	21,01	-	-
A	549.221	27,49	2.746	0,50
B	522.855	26,16	5.229	1,00
C	203.119	10,17	6.094	3,00
D	71.414	3,57	7.141	10,00
E	29.930	1,50	8.979	30,00
F	9.980	0,50	4.990	50,00
G	27.685	1,39	19.380	70,00
H	163.991	8,21	163.991	100,00
<b>Total</b>	<b>1.998.069</b>	<b>100</b>	<b>218.550</b>	<b>-</b>

Classificação de risco	2018		Provisão Resolução CMN/BACEN	
	Total das operações de crédito		Valor	
	Valor	%	Valor	%
AA	479.176	21,27	-	-
A	694.379	30,81	3.472	0,50
B	506.486	22,48	5.065	1,00
C	224.720	9,97	6.742	3,00
D	68.004	3,02	6.800	10,00
E	25.998	1,15	7.799	30,00
F	6.799	0,30	3.399	50,00
G	24.484	1,09	17.139	70,00
H	223.245	9,91	223.245	100,00
<b>Total</b>	<b>2.253.291</b>	<b>100,00</b>	<b>273.661</b>	<b>-</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações ativas existentes na data base destas demonstrações financeiras. Em 2018 o montante de provisão que havia reconhecido a título de provisão adicional foi absorvido por

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

reclassificação de algumas operações para pior nível de risco, sendo mantido provisionado valor equivalente ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50.000,00 são avaliadas periodicamente e têm seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50.000,00 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

### e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	273.661	209.354
Adições / (Reversões) líquidas.....	100.332	171.480
Baixa por transferência a prejuízo.....	(155.443)	(107.173)
<b>Saldo Final .....</b>	<b>218.550</b>	<b>273.661</b>

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 10,94% (12,14% em 2018).

### f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2019		2018	
	Valor	%Carteira	Valor	%Carteira
Maior.....	38.666	2	67.484	2,99
10 maiores seguintes.....	216.154	11	284.438	12,62
20 maiores seguintes.....	249.379	12	271.284	12,04
Demais.....	1.493.870	75	1.630.085	72,35
<b>Total .....</b>	<b>1.998.069</b>	<b>100</b>	<b>2.253.291</b>	<b>100,00</b>

### g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

### h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 155.433 (R\$ 107.173 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2019, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 624.893 (R\$ 557.994 em 2018). Em 2019 foi baixado do saldo de prejuízo o montante de R\$ 1.281, referente perda de valor contábil decorrente do registro de acordos em processos de recuperação judicial (Em 2018 R\$ 491).

As recuperações de valor contábil, por recebimento e renegociação, das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 87.213 (R\$ 107.186 em 2018).

### 7. Outros créditos - avais e fianças honrados

#### a. Composição do saldo

	2019	2018
Créditos por avais e fianças honradas.....	-	1.137
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	-	(1.137)
<b>Total .....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	1.137	-
Adições / (Reversões) líquidas.....	1.528	11.788
Baixa por transferência a prejuízo.....	(2.665)	(10.651)
<b>Total .....</b>	<b>-</b>	<b>1.137</b>

#### c. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 2.665 (R\$ 10.651 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo outros créditos (cartas fiança honradas) classificados no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2019, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 16.537 (R\$ 13.872 em 2018).

No Exercício de 2019, não houve recuperação de prejuízos relativos as contas de cartas fiança honradas. Em 2018, as recuperações de valor contábil, por renegociação das cartas fianças honradas baixadas a prejuízo que foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Crédito atingiram o valor de R\$ 12.066.

### 8. Outros créditos - rendas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança.....	36	1.444	58	81
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento.....	5.520	4.840	-	-
<b>Total .....</b>	<b>5.556</b>	<b>6.284</b>	<b>58</b>	<b>81</b>

### 9. Outros créditos - diversos - créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos, utilizando as alíquotas de impostos vigentes da data de fechamento do balanço.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, elaboradas pelos técnicos do Badesul e aprovadas pela auditoria independente que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente, onde são atualizadas as premissas e ajustado os limites de crédito tributário a serem reconhecidos, sempre respeitando os conceitos de prudência e conservadorismo.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

#### a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo fiscal dif. IRPJ..	30.511	39.431	107.451	114.060	137.962	153.491
Ativo fiscal dif. CSLL..	18.306	23.659	64.472	68.436	82.778	92.095
<b>Total .....</b>	<b>48.817</b>	<b>63.090</b>	<b>171.923</b>	<b>182.496</b>	<b>220.740</b>	<b>245.586</b>

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2019 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais vigentes na data do fechamento do balanço sobre o saldo de diferenças temporárias, em que a composição encontra-se abaixo demonstrada.

	2019		
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários IRPJ	Créditos tributários CSLL
Diferenças Temporárias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	354.272	88.567	53.142
Rendas de atraso.....	121.885	30.470	18.283
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	58.890	14.722	8.833
Provisão para passivos atuariais.....	14.078	3.520	2.112
Provisão para perdas com coobrigações.....	2.726	682	409
<b>Total .....</b>	<b>551.851</b>	<b>137.961</b>	<b>82.779</b>

	2018		
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários IRPJ	Créditos tributários CSLL
Diferenças Temporárias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	424.938	106.234	63.741
Rendas de atraso.....	107.264	26.816	16.090
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	64.179	16.045	9.627
Provisão para passivos atuariais.....	10.493	2.623	1.574
Provisão para perdas com coobrigações.....	7.091	1.773	1.063
<b>Total .....</b>	<b>613.965</b>	<b>153.491</b>	<b>92.095</b>

#### b. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2019			2018	
	IRPJ	CSLL	Total	Total	Total
Saldo Inicial.....	153.491	92.095	245.586	-	228.361
Adições					
- Resultado.....	10.438	6.251	16.689	-	34.288
- Patrimônio Líquido.....	1.706	1.024	2.730	-	121
Exclusões/Baixas					
- Resultado.....	(27.674)	(16.591)	(44.265)	-	(16.329)
- Patrimônio líquido.....	-	-	-	-	(855)
<b>Total .....</b>	<b>137.961</b>	<b>82.779</b>	<b>220.740</b>	<b>220.740</b>	<b>245.586</b>

#### c. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de realização	2019			
	Diferenças temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2020.....	122.043	30.511	18.306	48.817
2021.....	177.886	44.472	26.683	71.155
2022.....	89.029	22.257	13.354	35.611
2023.....	30.679	7.669	4.603	12.272
Acima de 2024.....	132.214	33.052	19.833	52.885
<b>Total .....</b>	<b>551.851</b>	<b>137.961</b>	<b>82.779</b>	<b>220.740</b>

Ano de realização	2018			
	Diferenças temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2019.....	157.725	39.431	23.659	63.090
2020.....	165.121	41.280	24.768	66.048
2021.....	137.836	34.459	20.676	55.135
2022.....	35.416	8.854	5.312	14.166
Acima de 2023.....	117.867	29.468	17.679	47.147
<b>Total .....</b>	<b>613.965</b>	<b>153.492</b>	<b>92.094</b>	<b>245.586</b>

#### d. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,17%, está representado por R\$ 128.295 (R\$ 143.202 em 2018) referentes ao imposto de renda e R\$ 76.977 (R\$ 85.920 em 2018) referentes à contribuição social.

#### e. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2019, R\$ 194 (R\$ 458 em 2018) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 116 (R\$ 275 em 2018) relativos à Contribuição Social.

#### 10. Outros créditos - diversos - devedores por compra de valores e bens

O saldo apresentado ao final do exercício refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

	Curto prazo		Longo prazo	
	2019	2018	2019	2018
Devedores por Compra de Valores e Bens.....	574	1.087	-	543
(-) Provisão para Devedores por Compra de Valores e Bens.....	(6)	(5)	-	(3)
<b>Total .....</b>	<b>568</b>	<b>1.082</b>	<b>-</b>	<b>540</b>

#### Movimentação do período

	2019	2018
Saldo inicial.....	8	14
Adições/(Reversões) líquidas.....	(2)	(6)
Baixa por transferência a prejuízo.....	-	-
<b>Total .....</b>	<b>6</b>	<b>8</b>

#### 11. Outros créditos - diversos - impostos e contribuições a compensar

	2019	2018
Antecipações de IRPJ não compensadas no próprio exercício.....	-	3.025
Antecipações de CSLL não compensadas no próprio exercício.....	-	164
Antecipações de ISS não compensadas no próprio exercício.....	72	-
<b>Total .....</b>	<b>72</b>	<b>3.189</b>

#### 12. Outros valores e bens

O Badesul possui Ativos não-circulantes classificados como Bens Não de Uso Próprio em que o valor mais relevante se refere a adjudicação de imóvel no bojo do processo de execução dos avalistas de uma operação em que a tomadora principal entrou em Recuperação Judicial. O Badesul prosseguiu a cobrança judicial da empresa avalista (interviente hipotecante). Após penhora e avaliação do bem imóvel garantidor, o Badesul entendeu conveniente e oportuno a adjudicação do imóvel.

	2019	2018
Bens não de uso próprio (imóveis recebidos em dação em pagamento).....	8.679	179
Material em estoque.....	129	150
Despesas antecipadas.....	2	2
<b>Total .....</b>	<b>8.810</b>	<b>331</b>

#### 13. Imobilizado de uso

##### a. Composição

Em 31 de dezembro de 2019 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	Taxa de depreciação %ano	Custo	2019		2018	
			Depreciação Acumulada	Valor líquido	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Imóveis de uso.....	3,33	35.074	(8.431)	26.643	-	27.630
Instalações, móveis e equipamentos....	10	4.266	(4.183)	83	-	309
Sistema de processamento de dados....	20	2.873	(2.783)	90	-	176
Veículos.....	20	9	(9)	-	-	-
Outros.....	10	101	(91)	10	-	16
<b>Total .....</b>		<b>42.323</b>	<b>(15.497)</b>	<b>26.826</b>	<b>-</b>	<b>28.131</b>

##### Movimentação

	2019					2018	
	Saldo Inicial	Aquisição	Depreciação/ Impairment	Baixa/ Transferência	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Imóveis de uso.....	27.630	-	(987)	-	26.643	27.630	-
Instalações, móveis e equipamentos....	309	18	(241)	(3)	83	309	-
Sistema de processamento de dados....	176	-	(86)	-	90	176	-
Outros.....	16	-	(6)	-	10	16	-
<b>Total .....</b>	<b>28.131</b>	<b>18</b>	<b>(1.320)</b>	<b>(3)</b>	<b>26.826</b>	<b>28.131</b>	<b>-</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

### b. Intangível

	2019				2018	
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo inicial	Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Intangível.....	20	131	422	(58)	611	131
<b>Total.....</b>	-	<b>131</b>	<b>422</b>	<b>(58)</b>	<b>611</b>	<b>131</b>

### c. Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31/12/2019, possui os seguintes contratos de seguros: Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreiro, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$ 40.000; um contrato de seguro automotivo com a MAPFRE SEGUROS para um veículo Fiat Uno, ano 1998, Placa IHI3316, de uso de serviço, cuja cobertura monta 100% tabela FIPÉ.

### 14. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano a 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P, IPCA, IPCA-M e INPC), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,50% ao ano até 8,50 % ao ano.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2019				Total obrigações
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	
BNDES.....	47.094	139.331	186.425	763.465	949.890
CEF.....	525	1.631	2.156	21.666	23.822
FINAME.....	45.332	173.612	218.944	547.750	766.694
FINEP.....	901	2.991	3.892	34.850	38.742
OUTRAS INSTITUIÇÕES	203	1.004	1.207	31.775	32.982
<b>Total.....</b>	<b>94.055</b>	<b>318.569</b>	<b>412.624</b>	<b>1.399.506</b>	<b>1.812.130</b>

	2018				Total obrigações
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	
BNDES.....	58.151	171.728	229.879	861.745	1.091.624
CEF.....	489	1.520	2.009	23.823	25.832
FINAME.....	49.054	190.535	239.589	753.860	993.449
FINEP.....	545	1.960	2.505	16.006	18.511
OUTRAS INSTITUIÇÕES	-	203	203	10.022	10.225
<b>Total.....</b>	<b>108.239</b>	<b>365.946</b>	<b>474.185</b>	<b>1.665.456</b>	<b>2.139.641</b>

### 15. Outras obrigações – Sociais e estatutárias

O saldo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.812 refere-se à participação nos lucros e resultados - PLR, apurada de acordo com o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da FENABAN e no Acordo Coletivo de Trabalho assinado pelo Badesul para os exercícios de 2018/2019.

### 16. Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a pagar.....	3.698	1.641
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros.....	92	96
Impostos e Contribuições sobre Salários.....	1.498	1.139
PIS, COFINS, ISSQN.....	452	504
<b>Total.....</b>	<b>5.740</b>	<b>3.380</b>

### 17. Outras obrigações – Diversas – Provisão para contingências

Natureza	Movimentação 2019			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a).....	64.179	4.832	(6.986)	62.025
Cível (b).....	1.181	1.154	(1.074)	1.261
Provisão FGI (vide nota 25i).....	567	-	-	567
Outras Provisões.....	-	1.222	-	1.222
<b>Total.....</b>	<b>65.927</b>	<b>7.208</b>	<b>(8.060)</b>	<b>65.075</b>

Natureza	Movimentação 2018			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a).....	56.255	8.526	(602)	64.179
Cível (b).....	304	877	-	1.181
Provisão FGI (vide nota 25i).....	1.013	-	(446)	567
Outras Provisões.....	-	-	-	-
<b>Total.....</b>	<b>57.572</b>	<b>9.403</b>	<b>(1.048)</b>	<b>65.927</b>

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

### a. Ações Trabalhistas

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As adições ocorridas no exercício de 2019 decorreram de novas ações impretadas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros. Em 31 de dezembro de 2019 existiam 62 (60 em 2018) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 20.781 (R\$ 23.397 em 2018).

### b. Ações Cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais. Em 31 de dezembro de 2019 existiam 159 (170 em 2018) ações envolvendo risco de perda possível que representam o valor de R\$ 126.396 (R\$ 48.907 em 2018).

### c. Ações Fiscais

(i) Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e a COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 121.897 em 30/06/2019 (R\$ 97.411 mil em junho de 2018). Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões.

Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevalceu o voto médio do Des. Sebastião Ogé Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima noticiado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração no dia 1º de julho de 2019. Os embargos de declaração foram desprovidos na sessão de julgamento de 05 de dezembro de 2019. Com a decisão do TRF4 e considerando a jurisprudência do STJ sobre o direito de créditos fiscais de PIS/COFINS, nossos assessores legais estimam como remotas as chances de perda da parcela já excluída pela decisão do TRF4 (R\$ diferença entre o total do auto em 12/2019 e o valor de R\$ 46.347, a calcular) e como possíveis as chances de perda da parcela do auto mantida pelo TRF4 (R\$ 46.347) e que será objeto de Recursos Extraordinário e Especial ao STF e STJ, respectivamente.

(ii) Execução fiscal ajuizada pelo Município de Charqueadas referente a cobrança de IPTU e Taxa de Lixo de imóvel em nome da extinta Caixa Econômica Estadual. O Badesul apresentou defesa no sentido de esclarecer que os imóveis da extinta Caixa Econômica Estadual passaram a ser de propriedade do Estado do RS, portanto, não tendo sido transferidos para esta Agência de Fomento. O processo, de número 0001141-85.2018.8.21.0156, se encontra em tramitação, pendente de julgamento pelo juízo. O valor estimado dessa contingência é R\$ 3.

### d. Devedores por depósitos em garantia

	2019	2018
Ações cíveis.....	272	235
Ações trabalhistas.....	29.992	25.371
Ações tributárias.....	-	26
<b>Total.....</b>	<b>30.264</b>	<b>25.632</b>

### 18. Outras obrigações – diversas - provisão para garantias financeiras prestadas

Natureza	Movimentação 2019			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	
Provisão p/ perda c/ garantias financeiras prestadas (notas 25i/29a).....	7.091	4.992	(9.212)	2.871
<b>Total.....</b>	<b>7.091</b>	<b>4.992</b>	<b>(9.212)</b>	<b>2.871</b>

Natureza	Movimentação 2018			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	
Provisão p/ perda c/ garantias financeiras prestadas (notas 25i/29a).....	17.072	9.416	(19.397)	7.091
<b>Total.....</b>	<b>17.072</b>	<b>9.416</b>	<b>(19.397)</b>	<b>7.091</b>

### 19. Outras obrigações – diversas - passivos atuariais

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Passivo c/plano de previdência complementar (c).....	-	-	10.449	6.326
Passivo c/planos de saúde (d).....	-	-	2.533	2.264
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*).....	314	832	1.531	1.071
<b>Total.....</b>	<b>314</b>	<b>832</b>	<b>14.513</b>	<b>9.661</b>

(\*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão para prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo, considerando a data esperada de elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS (vide nota 19e).

### a. Composição do passivo atuarial líquido

Para 31 de dezembro de 2019 foi procedida, por atuário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

Exercício de 2019	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
<b>Movimentação da Posição Líquida</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/19</b>
Obrigações atuariais apuradas	18.377	14.483	505	18.439	3.692	6.340	1.845
Valor justo dos ativos do plano	(12.299)	(12.222)	(384)	(16.914)	(3.228)	(3.807)	0
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais.....	0	0	-	0	0	0	0
<b>VI. Presente das obrigações a descoberto.....</b>	<b>6.078</b>	<b>2.261</b>	<b>121</b>	<b>1.525</b>	<b>464</b>	<b>2.533</b>	<b>1.845</b>
<b>Passivo atuarial líquido.....</b>	<b>6.078</b>	<b>2.261</b>	<b>121</b>	<b>1.525</b>	<b>464</b>	<b>2.533</b>	<b>1.845</b>

Exercício de 2018	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
<b>Movimentação da Posição Líquida</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/18</b>
Obrigações atuariais apuradas	23.439	11.756	362	15.182	0	5.521	1.903
Valor justo dos ativos do plano	(17.920)	(10.987)	(324)	(16.001)	0	(3.257)	0
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais.....	0	0	-	819	0	0	0
<b>VI. Presente das obrigações a descoberto.....</b>	<b>5.519</b>	<b>769</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.264</b>	<b>1.903</b>
<b>Passivo atuarial líquido.....</b>	<b>5.519</b>	<b>769</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.264</b>	<b>1.903</b>

### b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

Movimentação no exercício	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
<b>Passivo atuarial em 31/12/2018</b>	<b>5.519</b>	<b>769</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.264</b>	<b>1.903</b>
Despesa/receita reconhecida no resultado.....	(1.816)	68	108	33	2.679	247	206
Ganho/perda reconhecida em outros resul. abrangentes.....	3.130	1.468	(13)	1.504	(1.146)	214	0
Contribuição Empregador.....	(755)	(44)	(12)	(12)	(1.069)	(192)	0
Benefícios pagos diretamente pela empresa.....	0	0	-	0	0	0	(264)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2019.....</b>	<b>6.078</b>	<b>2.261</b>	<b>121</b>	<b>1.525</b>	<b>464</b>	<b>2.533</b>	<b>1.845</b>

Passivo atuarial em 31/12/2017	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
<b>Passivo atuarial em 31/12/2017</b>	<b>7.461</b>	<b>1.851</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.369</b>	<b>2.237</b>
Despesa/receita reconhecida no resultado.....	(1.021)	64	70	28	0	(95)	(299)
Ganho/perda reconhecida em outros resul. abrangentes.....	(921)	(1.146)	(32)	(28)	0	(10)	0
Baixa por aposentadoria.....	0	0	-	0	0	0	(35)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2018.....</b>	<b>5.519</b>	<b>769</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.264</b>	<b>1.903</b>

### c. Planos de previdência complementar

O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

(i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, e é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios salgado e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Salgado e Plano de benefícios FBPREV II), na sua maioria para este último. No ano de 2019 foi aberto o processo de migração para os participantes desse plano, cujo prazo encerrou em 31/05/2019, conforme informações da FBSS, dos 24 participantes/ assistidos, 10 optaram pela migração. Os reflexos dessa migração foram devidamente apurados e os efeitos encontram-se demonstrados na sequência nos respectivos quadros. Atualmente esse plano possui 1 participante ativo, 11 participantes aposentados e 2 pensionistas.

(ii) Plano de Benefícios Salgado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano salgado, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 2 participantes ativos e 7 aposentados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)**

(iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano. Os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste plano 69 participantes ativos e 1 pensionista.

(iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para atender exclusivamente os participantes e assistidos migrados do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são: aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste plano 28 participantes ativos e 32 aposentados e 2 pensionistas.

(v) Plano de Benefício FBPREV III: Esse plano é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós emprego com participantes na fase de inatividade e na cobertura dos benefícios de risco para os participantes em atividade. Os benefícios e institutos oferecidos são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, auxílio funeral, benefício mínimo, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. São beneficiários desse plano 1 participante ativo, 7 aposentados e 3 pensionistas.

**d. Plano de saúde**

O Plano de Saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA, PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

**e. Prêmio de aposentadoria**

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento do pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por sucessão trabalhista, ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa. Em 31/12/2019 havia 28 beneficiários ativos.

**f. Principais premissas**

As principais premissas econômico-financeiras e demográficas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(i) Para planos de previdência complementar

Premissas/Planos	Plano PB1 (c.i)		Plano Saldado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III * (c.v)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,23%	4,87%	3,23%	4,89%	3,09%	4,74%	3,17%	4,84%	3,13%	-
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	3,23%	4,87%	3,23%	4,89%	3,09%	4,74%	3,17%	4,84%	3,13%	-
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,04%	3,04%	0,00%	0,00%	6,46%	6,46%	4,28%	4,28%	3,35%	-
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,53%	0,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Fator de capacidades sobre os benefícios	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	-
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	-
Inflação esperada	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	-
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic por sexo (M/F)		AT-2000 Basic por sexo (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	
Tábua de mortalidade inválidos	50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)	
Entrada em invalidez	Light Forte (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Média	
Taxa anual de rotatividade	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,10)		Não Utilizada		Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,01)		Experiência Willis Towers Watson		0,64%	
Composição familiar participantes ativos	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	

\* Não há comparativo para 2018.

**Duration**

	2019	2018
Plano PB1	10,76 anos	10,35 anos
Plano Saldado	10,72 anos	10,75 anos
Plano FBPREV I	8,44 anos	8,28 anos
Plano FBPREV II	9,83 anos	9,87 anos
Plano FBPREV III *	9,22 anos	-

**(iii) Plano de saúde - custo assistencial**

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2019 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

(ii) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria

Premissas/Planos	Plano de Saúde (d)		Prêmio por aposentadoria (e)		Premissas econômicas financeira Planos de saúde - custo assistencial	Plano de Saúde (d)	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,42%	4,96%	0,35%	3,33%	Custo médio PAMES (PAM027)	4,94	4,67
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	3,42%	4,96%	0,35%	3,33%	Custo médio PAMpa (PAM019)	0,59	0,27
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,28%	4,28%	4,28%	4,28%	Custo FAR200: conforme tabela abaixo	-	-
HCCTR	3,50%	3,50%	-	-	* Valores em mil		
Fator de capacidades sobre os benefícios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	<b>Faixa Etária</b>	<b>Custo Médio (Em Reais)</b>	
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0 a 17 anos	0,00	0,00
Inflação esperada	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	18 a 29 anos	0,04	0,09
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		30 a 39 anos	0,11	0,10
Tábua de mortalidade inválidos	RRB - 83 (-50%)		RRB - 83 (-50%)		40 a 49 anos	0,24	0,14
Entrada em invalidez	Light Forte (-60%)		Light Forte (-50%)		50 a 59 anos	0,69	0,51
Taxa anual de rotatividade	Experiência Willis Towers Watson patrocinadores +125%		Não Utilizado		60 a 69 anos	0,84	0,77
Composição familiar	Família Efetiva cadastro		Não Utilizado		70 anos ou +	0,73	0,58
					* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado		
					** Valores em mil		
<b>Duration</b>					<b>Análise de sensibilidade</b>		
Plano de saúde	13,83 anos	13,94 anos			O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.		
Prêmio por aposentadoria	1,02 anos	2,04 anos					

\* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2019.

Taxa de Desconto	Plano PB1 (c.i)		Plano Saldado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III (c.v)		Plano de Saúde (d)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
. Aumento de 0,5%	(1.089)	(5,93)	(808)	(5,58)	(22)	(4,29)	(927)	(5,03)	(164)	(4,45)	(444)	(7,01)
. Redução de 0,5%	1.193	6,49	886	6,12	23	4,61	1010	5,48	178	4,81	497	7,84
<b>Expectativa de vida</b>												
. Aumento de 1 ano	543	2,95	389	2,68	(23)	(4,51)	467	2,53	120	3,26	277	4,37
. Redução de 1 ano	(547)	(2,98)	(393)	(2,71)	25	4,97	(495)	(2,68)	(121)	(3,27)	(272)	(4,29)
<b>Crescimento salarial</b>												
. Aumento de 0,5%	-	-	-	-	20	3,99	304	0,00	-	-	603	9,52
. Redução de 0,5%	-	-	-	-	(19)	(3,76)	(300)	(0,00)	-	-	549	(8,67)

**g. Alocação de capital**

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Plano de Previdência Complementar				
	Plano Saldado	Plano PB1	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III
Caixa e equivalente de caixa	89	604	475	4.024	206
Instrumentos patrimoniais	1.863	3.852	3.749	43.900	4.683
Instrumentos de dívida	247	620	899	5.290	850
Imóveis	102	238	-	1.264	275
Fundo do investimento	957	1.453	1.463	30.737	2.013
Fundo de oscilação mantido pelo plano	-	-	47	-	-
<b>Total</b>	<b>3.258</b>	<b>6.767</b>	<b>6.633</b>	<b>85.215</b>	<b>8.027</b>

**20. Outras obrigações - diversas - credores diversos**

	2019	2018
Financiamentos a liberar para clientes dos fundos administrados (*)	6.491	7.384
Financiamentos a liberar com recursos de fundos públicos federais	19.382	42.341
Cobrança (valores a processar)	278	635
Recebimento dos fundos administrados (*)	1.130	-
Fornecedores	1.117	1.501
Outras	559	394
<b>Total</b>	<b>28.957</b>	<b>52.255</b>

(\*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 29b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

**21. Patrimônio líquido**
**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2018), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

**b. Reserva de lucros**

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, depois da compensação de prejuízos acumulados.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

**c. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O estatuto social do Badesul prevê distribuição de dividendos aos acionistas até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Não é permitida a distribuição de dividendos antes da absorção de prejuízos acumulados, sendo que, no caso do Badesul, além desta condição deve ser observado o citado na nota "b" acima, a respeito da reserva para incentivos fiscais. No período correspondente a estas demonstrações financeiras não houve distribuição de dividendos nem de juros sobre o capital próprio.

**d. Ajustes de avaliação patrimonial**

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de reavaliações atuariais e respectivos efeitos tributários, sendo estes os únicos eventos registrados nesta rubrica até esta data.

**22. Capital regulamentar**

A Resolução CMN 4.193 consolidada com suas alterações até a data de fechamento deste exercício, consoante com as diretrizes do acordo de capital - Basileia III, estabeleceu índices mínimos de exigência de capital principal e adicional para a relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA). Atualmente, o índice mínimo para capital principal é de 8,00%. Devem-se somar ao índice mínimo os adicionais de capital: ACP conservação 2,50% e ACP contracíclico 2,50%. O ACP sistêmico não é exigido para as agências de fomento, logo não se aplica ao Badesul. Em março de 2019, o Badesul alterou o cálculo do ACP contracíclico trocando a forma definida no art. 2º § 10º da Circular 3.769 por aquela definida no caput do mesmo artigo. O Comunicado 34.724 estabeleceu como 0% o valor do ACCPBrasil, o que resulta em um ACP contracíclico de valor nulo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

	Dez/2019
<b>Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco</b>	
de crédito .....	2.355.282
de mercado .....	8.650
operacional .....	277.139
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) .....</b>	<b>2.641.072</b>
<b>Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia .....</b>	<b>576.575</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA .....</b>	<b>211.286</b>
<b>ACP conservação .....</b>	<b>66.027</b>
<b>ACP contracíclico .....</b>	<b>-</b>
<b>IRRBB .....</b>	<b>57.152</b>
<b>Margem .....</b>	<b>242.110</b>
<b>Índice de Basileia .....</b>	<b>21,83%</b>

	Dez/2018
<b>Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco</b>	
de crédito .....	2.453.046
de mercado .....	34.787
operacional .....	312.348
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) .....</b>	<b>2.800.182</b>
<b>Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia .....</b>	<b>553.975</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA .....</b>	<b>240.922</b>
<b>ACP conservação .....</b>	<b>52.800</b>
<b>ACP contracíclico .....</b>	<b>52.800</b>
<b>IRRBB .....</b>	<b>27.206</b>
<b>Margem .....</b>	<b>180.246</b>
<b>Índice de Basileia .....</b>	<b>19,78%</b>

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
<b>23. Imposto de renda e contribuição social</b>			
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações .....</b>	<b>29.487</b>	<b>69.531</b>	<b>11.322</b>
Participações no lucro .....	(3.024)	(3.024)	(2.364)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos .....</b>	<b>(37.911)</b>	<b>(38.875)</b>	<b>12.295</b>
<b>Diferenças temporárias .....</b>	<b>(37.303)</b>	<b>(39.003)</b>	<b>12.153</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(39.544)	(51.807)	(23.306)
Rendas a apropriar em atraso .....	6.717	18.846	26.787
Rendas decorrentes de ganhos em renegociações .....	(3.504)	2.264	11.493
Provisão para contingências .....	(771)	(6.294)	(1.626)
Outras provisões .....	156	(1.655)	(839)
Depreciação .....	(357)	(357)	(356)
<b>Diferenças permanentes .....</b>	<b>(608)</b>	<b>128</b>	<b>142</b>
Despesas não dedutíveis .....	(608)	128	142
<b>Base de cálculo do IR e CS .....</b>	<b>27.632</b>	<b>27.632</b>	<b>21.253</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k) .....	4.570	(11.057)	(9.563)
Incentivos Fiscais .....	(3)	238	168
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos .....	4.567	(10.819)	(9.395)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9) .....	(27.537)	(27.575)	17.959
<b>Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado .....</b>	<b>(22.970)</b>	<b>(38.394)</b>	<b>8.564</b>

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
<b>24. Outras despesas administrativas</b>			
Segue demonstrada a variação das despesas administrativas			
Água, energia e gás .....	411	896	862
Comunicação .....	81	169	139
Manutenção e conservação de bens .....	627	1.200	1.383
Processamento de dados .....	2.855	5.223	5.607
Publicidade e propaganda .....	1.051	1.443	976
Serviços do sistema financeiro .....	392	788	803
Serviços de terceiros .....	672	1.329	1.689
Serviços técnicos especializados .....	559	1.007	1.840
Transporte .....	14	33	57
Viagem .....	228	361	310
Emolumentos Cartoriais .....	212	247	108
Depreciação .....	650	1.378	1.430
Outras .....	891	1.903	2.359
<b>Total .....</b>	<b>8.643</b>	<b>15.977</b>	<b>17.563</b>

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
<b>25. Outras receitas operacionais</b>			
Segue demonstrada a variação das outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas .....	205	297	114
Reversão provisão p/planos de benefícios pós-emprego .....	2.381	2.380	2.062
Reversão de provisão contingência trabalhista .....	615	2.800	-
Reversão de provisão contingência civil .....	-	1.027	-
Reversão de provisão para perda com garantias financeiras prestadas .....	3.868	9.213	19.397
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros) .....	554	1.141	1.116
Reversão provisão FGL .....	-	-	445
Honorários de sucumbência .....	1.009	1.524	2.142
Outras .....	1	57	288
<b>Total .....</b>	<b>8.633</b>	<b>18.439</b>	<b>25.564</b>

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
<b>26. Outras despesas operacionais</b>			
Segue demonstrada a variação das outras despesas operacionais			
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego .....	984	1.228	809
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas .....	4.357	4.832	8.526
Despesa com provisão p/ contingências cíveis .....	1.142	1.142	877
Despesa com provisão p/ garantias financeiras prestadas (i) .....	2.578	6.215	9.416
Outras .....	149	386	515
<b>Total .....</b>	<b>9.210</b>	<b>13.803</b>	<b>20.143</b>

(i) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 29a.

**27. Transações com partes relacionadas**  
 São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Banrisul de Seguridade Social, Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal e alta gerência e assessores do Badesul.

	2019		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 29b) .....	(5.520)	8.858	-
Contratação de serviços especializados .....	307	-	585
Remuneração do pessoal chave da administração (*) .....	-	-	8.265
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos .....	(27)	-	-
Despesa de pessoal - funcionários adidos .....	29	-	329
Outros valores a ressarcir .....	(1.228)	-	-
FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**) .....	-	-	2.190
CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**) .....	-	-	1.069

	2018		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 29b) .....	(4.840)	10.296	-
Contratação de serviços especializados .....	286	-	604
Remuneração do pessoal chave da administração (*) .....	-	-	7.894
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos .....	(41)	-	-
Despesa de pessoal - funcionários adidos .....	28	-	321
Outros valores a ressarcir .....	(852)	-	-
FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**) .....	-	-	2.325
CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**) .....	-	-	1.035

(\*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores).  
 (\*\*) O Badesul é patrocinador de planos de benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados, os quais são administrados por essas Instituições.

**28. Gestão de riscos**  
 A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição em um processo contínuo de otimização da gestão que visa aos controles e à mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponível no site www.badesul.com.br.  
 A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores.  
 Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:  
 O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento.  
 Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

**a. Risco de mercado**  
 A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

**b. Risco de crédito**  
 O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações

financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.  
 Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

**c. Risco operacional**  
 A política de Gerenciamento Integrado de Riscos do Badesul, revisada periodicamente, contempla o risco operacional, a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e a avaliação dos riscos, o controle das atividades e a segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.  
 Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWA<sub>OPAD</sub> serve como fator de monitoramento deste risco.

**d. Gerenciamento de capital**  
 No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária).

**e. Risco de Liquidez**  
 Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente. Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

**f. Risco Socioambiental**  
 A Resolução CMN nº 4.327 estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O Badesul classifica suas operações de crédito em diferentes níveis de risco socioambiental. A classificação é feita por metodologia própria, revisada periodicamente e aprovada por meio de políticas internas.

**29. Compromissos e responsabilidades**  
**a. Coobrigações por garantias prestadas**  
 O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 está representado por R\$ 12.832 (R\$ 26.211 em 2018).

**b. Gestão de recursos de terceiros**  
 O Badesul por determinação legal (leis e decretos estaduais) executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.  
 Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2019, representam o montante de R\$ 2.214.377 (R\$ 2.618.149 em 2018). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2019 R\$ 8.858 (R\$ 10.296 em 2018).

**30. Outras Informações**  
 A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo que autorizou a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal), que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015. Desde o exercício de 2018 o processo encontra-se em tratativas entre as partes envolvidas.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2019, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2018. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2020.

Ana Beatriz Maia Rodrigues de Barros,  
 Presidente.

Claudia Redin Patel,  
 Vice-Presidente.

Antônio Guido Classmann,  
 Conselheiro Fiscal Efetivo

### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes - Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 29/01/2020, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2019, todas comparativas com o exercício de 2018.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020.

Ricardo Englert,  
 Presidente.

Luiz Fernando Rodriguez Junior,  
 Vice-Presidente.

Elías Graziottin Rigon,  
 Conselheiro.

### DIRETORIA EXECUTIVA

Jeanette Halmenschlager Lontra  
 Diretora Presidente, acumulando a Diretoria de Operações

José Claudio Silva dos Santos  
 Diretor Vice-Presidente

Kalil Sehbe Neto  
 Diretor Financeiro,  
 Responsável pela Área Contábil

Neiva Ferreira dos Santos  
 Contadora CRC/RS 68534/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Aos

#### Acionistas e aos administradores do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS Porto Alegre – RS Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Badesul Desenvolvimento S.A. Agência de Fomento/RS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas nº 3 ("d" e "e") e 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com o julgamento da Administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação as operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas n.º 3 ("k") e 9, o Badesul possui ativos fiscais

diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias, cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração e aprovado por seu Conselho de Administração. Para elaboração da projeção de resultados, a Administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil, em vigor, quanto a elaboração do estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando as mesmas consubstanciadas na Resolução CMN nº 3.509/2002 e na Circular Bacen nº 3.171/2002. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 15 de março de 2019, sem modificação na opinião sobre essas demonstrações.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
  - Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
 Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
 Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos  
 Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
 Sócio Responsável Técnico



Russell Bedford  
 taking you further